



PERSPECTIVA SOBRE O DISCURSO POLÍTICO: DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE¹

Sandra Barbosa PARZIANELLO²

RESUMO: Esse artigo retoma a perspectiva do discurso como instrumento de poder, tendo a crise argumentativa, em torno da pandemia de 2019-2020, como pano de fundo da reflexão. Apresenta a concepção de discurso político na contemporaneidade, no exato recorte de quando se arrolam argumentos por uma “guerra de posições” em busca da “hegemonia”, originalmente, caracterizada na obra de Antonio Gramsci. Na análise, outros pensadores corroboram: de Ferdinand de Saussure, que centra o estudo da língua na estrutura sincrônica, às transformações políticas articuladas pelo estruturalista Michel Pêcheux, que inseriu a ideologia como problema central das formações discursivas de Michel Foucault, enquanto estratégias ideológicas que se estabelecem, ao pós-estruturalismo de Ernesto Laclau, que considera o discurso em seus aspectos linguísticos e extralinguísticos. A partir destes autores, nos perguntamos: Como um discurso político tem o poder de se universalizar, sem uma estrutura determinada? Dessa dialética entre formações discursivas e discurso, percebe-se a desintegração do tecido social, que remete à falha estrutural e à concepção do discurso político. Dos aspectos precários e contingentes, ressignificações irão validar o poder da argumentação no discurso hegemônico, teorizado por Laclau, na leitura pós-estruturalista, que fez o autor, da teoria gramsciana.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Discurso Político. Hegemonia.

PERSPECTIVE ON POLITICAL SPEECH: SPEECH AND ARGUMENTATION IN CONTEMPORANEITY

ABSTRACT: This article takes up the perspective of discourse as an instrument of power under the argumentative crisis of Covid-19. It presents the conception of political discourse in contemporary times, in the exact excerpt from when arguments arose for a “war of positions” in search of “hegemony”, originally characterized in the work of Antonio Gramsci. In the analysis, other thinkers corroborate with this paper: Ferdinand de Saussure who focuses the study of language on the synchronic structure to the political transformations articulated by the structuralist Michel Pêcheux,

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Jornalista e cientista política. Doutoranda em Ciência Política pelo PPGCPol, da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Endereço eletrônico: <parzianellos@yahoo.com.br>.

who inserted ideology as a central problem; Michel Foucault's discursive formations as ideological strategies that are established in Ernesto Laclau's post-structuralism, which considers discourse in its linguistic and extra linguistic aspects. Based on and with these authors, we ask ourselves: How does a political discourse have the power to become universal without a specific structure? From this dialectic between discursive formations and discourse, the disintegration of the social fabric that leads to structural failure and the conception of political discourse is perceived. From the precarious and contingent aspects, reframing will validate the power of argument in the hegemonic discourse, theorized by Laclau, in the post-structuralist reading of Gramscian theory done by Ernesto Laclau.

KEYWORDS: Speech. Political speech. Hegemony.

INTRODUÇÃO

O discurso político envolve um amplo campo de estudo multidisciplinar em que confluem a *Linguística*, a *Ciência Política* e a *Comunicação Social*, entre outras ciências, resultando numa vasta complexidade conceitual. Contemporaneamente, o objeto do discurso político tem sido abordado por diversas perspectivas teóricas e representado por questões que decorrem da dinâmica política marcada, principalmente, por crises sociais e econômicas, as quais movimentam os mais variados cenários, muitos deles, registrados e repercutidos pela mídia, o que marca o momento, a precariedade e o alastramento do processo democrático.

A proposta deste artigo é retomar a visão sobre o discurso político contemporâneo, a partir da literatura de cruzamento nesses campos multidisciplinares e à luz de fatos que geram antagonismos em torno da política em curso. Nosso foco reside sobre o conceito de discurso, assim como sobre a concepção de discurso político na contemporaneidade, a partir de obras de autores que tratam a respeito das possibilidades de construção e constituição das formações discursivas contingenciadas pela política. Ferdinand de Saussure (2006), Antonio Gramsci (1988; 2001), Michel Pêcheux (1990; 1996), Michel Foucault (2013; 2014) e Ernesto Laclau (1994; 2011; 2013; 2015) darão fôlego e subsídios para o entendimento do discurso político, nortearão a identificação dos aspectos relevantes relativos às articulações antagônicas, no que tange a suas análises relativas às estruturas de poder.

Há uma explosão de particularidades e de questões que são postas no dia a dia e espelhadas por meio do contexto discursivo de diversas correntes teóricas do discurso. Cientes dessas articulações discursivas, este artigo propõe analisar a forma como as estruturas de poder influenciam nos modos de vida, haja vista a precariedade e a contingência de eventos da política, como, apenas ilustrativamente, se toma aqui a realidade brasileira em torno da pandemia da Covid-19. No presente trabalho, a categoria do discurso é apresentada em sua concepção do político, alicerçada na percepção da linguagem de base estruturalista, conforme Saussure e Pêcheux, tendo em conta os avanços dos estudos teóricos neste campo, proporcionados por visões pós-estruturalistas. Tais visões se complementam, em vez de se oporem, como poderia se presumir ligeiramente. Toma-se o discurso como categoria que envolve as relações de poder institucionais, articuladas pela visão filosófica e política, a partir de correntes epistêmicas e teóricas contemporâneas das quais se geram possibilidades de sentido e de (re)significação.

DISCURSO E DISCURSO POLÍTICO: ENTRE O ESTRUTURALISMO E O PÓS-ESTRUTURALISMO

O discurso, a partir do século XX, tornou-se uma categoria de preocupação de vários pensadores, além de ser objeto de pesquisa e análise de diversas linhas defendidas por teóricos, inclusive, da *Ciência Política*. O discurso ocupa um lugar de fala excepcional no conjunto das *Ciências Sociais e Humanas*; de modo recorrente, muito presente entre linguistas, cientistas políticos e da comunicação social. Ao articular possíveis abordagens teóricas, o filósofo suíço Ferdinand de Saussure (2006) fez notar, na *Linguística*, o ramo da ciência mais geral dos signos, de maneira que, para ele, um signo não remete “às coisas”, mas a uma série de palavras ou, a outros signos, exatamente. Tendo-se tornado um dos mais proeminentes pensadores da *Linguística*, pai do *Estruturalismo*, ele percebeu que a língua

seria o objeto de análise de uma nova ciência em particular, a *Semiologia*, e que teria no discurso a unidade significativa que vai além da frase, sendo a estrutura o seu fundamento.

Sob forte e assumida influência de Saussure, o filósofo francês Michel Pêcheux (1969) funda então a *Análise do Discurso* (AD)³, que se constitui a partir da *Linguística*, ao questionar e mobilizar os saberes de outros campos disciplinares. Pêcheux sustenta a ideia de uma unidade que torne possível o estudo do discurso, como fenômeno específico, além de sustentar a noção da pluralidade de discursos, que possibilitam chegar às hipóteses de trabalho, trazendo à tona a categoria de *corpo discursivo*:

é um conjunto de sequências discursivas estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso. A constituição de um corpo discursivo é um efeito, uma operação que consiste em realizar por um dispositivo as hipóteses dentro da definição dos objetivos de uma pesquisa. (PÊCHEUX, 1990, p. 163)

No Brasil, no começo da década de 1980, a linguista Eni Puccinelli Orlandi se torna referência nos estudos em AD francesa, esclarecendo sobre suas concepções:

a. língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem); b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos); c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia. (ORLANDI, 2013, pp.19-20)

³ A *Análise do Discurso* surgiu dentro do campo da *Linguística* e possui escolas diferentes, como a Francesa com referência à obra de Pêcheux, e a escola Crítica, fundada por Norman Fairclough, que não serão aprofundadas neste artigo, já que desejamos apenas delas traçar, ainda que brevemente, o caminho linguístico e epistemológico, com vistas a localizar as bases estruturais que passam do *Estruturalismo* da AD francesa até a *Teoria do Discurso Pós-Estruturalista* da Universidade de Essex.

É mesmo possível afirmar que os discursos são sustentados pela ideologia de grupos ou instituições, com base em pensamentos e estratégias derivadas cegamente por determinada posição política e social, que se mantêm por interesses em relação à sociedade.

Orlandi se concentra na tese de Pêcheux de que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia, para dar sequência a estudos sobre o funcionamento da linguagem, na perspectiva discursiva. A estrutura dada por Pêcheux, reforçada por duas vertentes constituídas pelo discurso e pela ideologia⁴, promove uma ruptura com a ideia de que ideologia seria um reflexo de contingência econômica pela luta de classes, ou uma concepção de simples instrumento de comunicação e língua cristalizada pela sintaxe suturada. Pêcheux inaugura um caminho que toma conceitos da *Psicanálise*, da *Linguística* e do *Marxismo* e se torna, por sua vez, um modelo de inspiração para outras linhas.

Com o avanço das perspectivas teóricas do discurso e das diferentes possibilidades para abordá-lo nas ciências, há uma contribuição fundamental capaz de determinar qualquer presunção feita às cegas e que possa conduzir ao retrocesso de avanços políticos, justamente, pelo fato de que as possibilidades de mudanças políticas são múltiplas. Trata-se do pensamento e das categorias constituídas pelo filósofo e teórico social Michel Foucault, que transitam entre a base estruturalista e a pós-estruturalista. Segundo o filósofo Leonardo Masaro (2018):

[...] *pós*, ao recusar qualquer lógica pré-determinada de mudança histórica diacrônica; *estruturalista*, por coadunar com a noção de uma instância superior ao sujeito e à consciência, atuando como condição de possibilidade dos discursos falados por sujeitos conscientes – um transcendental sem sujeito. (MASARO, 2018, p. 399)

Demonstra o autor que há, na contradição, um elemento constitutivo do sujeito, que se soma à revolução do pensamento sobre a categoria “sujeito”. O que sugerimos vir à tona,

4 Discurso (Michel Foucault) e Ideologia (Louis Althusser) são conceitos que influenciaram a base da *AD* francesa.

neste momento, é a ideia de que a *AD* francesa se constitui desvinculando o discurso da possibilidade do discurso político partidário. Talvez, essa não fosse a preocupação; porém, toma o universo democrático enquanto objeto que, constantemente, se (re)constitui.

O objetivo em Pêcheux esteve mais centrado em saber como o político, que não é o partidário, é simbolizado e, por sua vez, como o homem está nessa simbolização do político. O político está na divisão de sentidos, segundo a *AD* francesa, e não adentra em categorias como, por exemplo, do antagonismo⁵ (inimigo) e/ou do agonismo⁶ (adversário); apenas limita-se ao fato de que a sociedade é dividida. Portanto, as realidades de referência não significam a mesma coisa para todos, mas, sim, o que se pontua como sendo, justamente, a sua diferença. Nesse universo, há a certeza de que a *Linguística* ocupa um lugar de fala privilegiado pela *AD*, assim como pela própria *Teoria do Discurso Pós-Estruturalista*, primeiro, porque o signo linguístico é a base de diálogo para qualquer forma de análise e, em segundo lugar, porque o pós-estruturalismo não se sustentaria, sem o aprofundamento em determinadas correntes e tradições para a teorização dos fenômenos da contemporaneidade e da própria *Análise do Discurso*, que é uma teoria dos sentidos e das significações (PINTO, 2006).

Sendo objeto de estudo, o discurso político se constitui das diferenças, mas, principalmente, a partir de polos antagônicos que, sob a linha pós-estruturalista, têm resguardado, em seu “Ser”, as forças das estruturas, da historicidade e considerado os momentos como não permanentes, mas em contingência instável e precária, que parte de determinadas explosões discursivas, das particularidades dos enunciadores ou de determinado poder universal. Tomado aqui o conceito básico de Foucault, “o discurso não é

5 Conceito fundado contemporaneamente por Ernesto Laclau, que significa politicamente a constituição de um inimigo, o que trataremos na sequência deste artigo.

6 Defendido pela belga Chantal Mouffe (2003), toma-se o conceito de agonismo pela constituição de um adversário político; porém, ela defende a tese de que o agonismo é um antagonismo. Entretanto não iremos adentrar nesse debate por ocasião deste artigo.

simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2013, p. 10).

Desse modo, para analisar o discurso é fundamental tratarmos a respeito da categoria da formação discursiva (FD):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2014, p. 47)

Portanto, a formação discursiva (FD) desenvolve as condições necessárias a partir das quais se colocam os temas, os objetos e se abrem possibilidades para um dado espaço discursivo importante para a política. Um exemplo claro, no empírico dessas constatações teóricas, se forma com os efeitos em torno da COVID-19, notadamente, no Brasil, pois um discurso científico não se articulava com tamanha intensidade fora das ciências, em espaço tomado pelo senso comum, de modo tão contingente quanto se deu em nosso país, a partir da explosão da pandemia e das contradições argumentativas que se fizeram sentir.

Nesse cenário e em breve análise conjuntural, caracterizam-se os discursos em dois sentidos opostos e antagônicos. Um, em que pesa o conhecimento científico dos pesquisadores, e, outro, a opinião das autoridades políticas. Conforme os cientistas, para que a COVID-19 não se torne um sintoma permanente, o aconselhamento especializado deve ser prioritário no trato da saúde pública, assim como nas decisões políticas. Em suma: os cientistas esclarecem, mas cabem aos políticos as decisões. Empiricamente, o debate não encontra seu ponto de equilíbrio em torno das regras de confinamento horizontal que, até o momento, é a alternativa mais eficaz para salvar vidas e impedir o colapso da rede hospitalar no país, com alto custo econômico e social visto em todo o mundo.

No sentido oposto e no peso opinativo dos discursos políticos, está a defesa do desconfinamento – pelo mundo, de forma progressiva – no Brasil, pelo poder de “uma canetada”⁷, conforme defesa do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. As divergências também se constituem discursivamente entre a própria classe política, pois muitos prefeitos e governadores já solicitaram judicialmente o *lockdown*⁸. O fato é que temos um fenômeno novo no mundo; muitas pesquisas científicas estão sem respostas sobre a COVID-19, as quais precisam do amparo dos governos para lhes dar estrutura, em vez de as enfraquecer, pelas perdas econômicas e/ou pelo capital político-eleitoral.

Portanto, se tomarmos o discurso político, como vivenciamos pela mídia, teremos construções precárias e contingentes na tentativa de fixação de um sentido, oportunamente, sem lógica e, de certo modo, desarmônico com a ciência, resultando historicamente em histerias discursivas que, por sua vez, acabam adoecendo boa parte da sociedade brasileira, devido à ambiguidade e à vagueza discursiva para orientar a população.

Esses abismos constitutivos da sociedade contemporânea, pelo sentido da ocorrência de fenômenos totalmente inesperados e precários, contaminam e infectam a sociedade pelos discursos ambíguos, deixando-a enferma em decorrência do vírus, mas principalmente pela incompletude⁹ do discurso político. Quando resgatamos os discursos, notamos a dificuldade de manter a hegemonia em meio a feridas expostas que, já existiam, em razão da vulnerabilidade social, da falta de recursos para políticas públicas eficazes e da contaminação negativa da informação, pela forma de expressão do político que, com salvas exceções, coloca, antes da preservação da vida, a busca incessante da manutenção do poder.

7 Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-diz-que-pode-determinar-abertura-do-comercio-com-uma-canetada-semana-que-vem,2f0664e236a7b6d46a82a7944ff8783fvcbo8wxg.html>. Acesso em: 16 abr. 2020.

8 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/09/saiba-onde-ja-foi-decretado-o-lockdown-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

9 “Se não podemos alcançar o real, pois o real não é passível de significação, o deslocamento é, portanto, a evidência da incompletude da estrutura, da impossibilidade de sua estruturação final.” (MENDONÇA, 2014, p. 159).

Em suma, o discurso político se apresenta nas discussões cotidianas, no campo tradicional da política e na mídia.

Todavia, para entender a lógica do discurso político, é fundamental partirmos da ideia e compreensão da construção hegemônica ou do conceito de significante vazio, conforme a *Teoria do Discurso* laclauiana. Uma das primeiras pesquisadoras brasileiras, formada pela Escola Pós-Estruturalista de *Análise do Discurso* de Essex¹⁰, na Inglaterra, foi a historiadora e cientista política, Céli Regina Jardim Pinto, que nos fundamenta:

A intertextualidade trata da presença de um discurso, de uma formação discursiva, em um outro discurso, e no discurso político tal característica está muito presente. Constitui-se em trazer experiências da ciência para dentro do discurso político. Quanto menos democrático for o discurso político mais a ciência nele vai estar presente. (PINTO, 2005, p. 97)

O discurso político não deixa dúvida: a sua luta pelo poder é exposta, já que o desejo de poder pertence ao discurso. Algumas particularidades fazem as distinções entre os discursos, como no caso do discurso da mídia, que se opõe ao poder sob a denominação de objetividade da investigação, conforme reforça Céli Pinto (2005). No enfrentamento com a política, a mídia elabora um discurso do saber muito próximo das regras que regem o discurso científico. O discurso jornalístico passa por um viés objetivo, o que também o constitui como discurso político, tirando de foco o político, por excelência, assim como o seu poder, que acredita ter, deixando-o em segundo plano.

O medo e a sensação de imprevisibilidade que dominam o poder político, contemporaneamente, restringem e limitam os discursos político, econômico e social, já que o poder da pandemia, apesar de invisível aos efeitos sanitários, é muito maior, o que torna sem efeito qualquer ação ou promoção individual.

10 Fundada por Ernesto Laclau, em 1982, na Universidade de Essex, na Inglaterra, em funcionamento até os dias de hoje, que acolhe estudantes do mundo todo com interesse no desenvolvimento de análises, em especial sobre as articulações e fenômenos da política.

LINGUAGEM, ARGUMENTAÇÃO E HEGEMONIA

Retomando a visão pós-estruturalista, consideramos o discurso em seus aspectos linguísticos e extralinguísticos, e reforçamos a possibilidade interpretativa da operação discursiva. Portanto, o discurso é relacionado ao significado contingente, dado em um determinado momento histórico de um *locus* fundamentado. “Um discurso é, dessa forma, uma prática social significativa.” (MENDONÇA, 2003, p. 140).

Essa prática ou produção social corrobora no sentido de que o uso da própria linguagem já se constitui como argumento, enquanto discurso, a saber, pelo universo e possibilidade de significados que nos instrumentalizam como suporte de pensamento, quando abordamos a análise dos discursos políticos. Estruturalmente, Orlandi (1998) já afirmava que a argumentação tem seu lugar na linguagem.

Desde os principados de Nicolau Maquiavel, sabemos que a interferência do discurso e o uso da linguagem se dão sobre as relações de poder. De forma cética, *O Príncipe* deveria encarar o ser humano. Não por acaso, essa obra atravessa os séculos e serve de referência aos cientistas sociais e muitos políticos, que tornam evidente, em seus discursos, a ideia e a importância da política na contemporaneidade, a partir das relações de conflitos históricos e das ações concretas que visaram sempre à busca da estabilidade.

O funcionamento da vida, no cotidiano, procura, infinitamente, por essa estabilidade, pensando – principalmente, a partir das articulações na política e em como ela se dá de fato, sem desconsiderar a natureza humana – elementos que corroboram com a percepção a respeito das “formas de organização social nas quais as desigualdades entre grupos sociais são profundas e com elevado impacto nas possibilidades de ação individual e coletiva.” (MIGUEL, 2016, p. 7).

Nota-se, nos discursos políticos, o sentido da luta política, sempre na incompletude contra a exclusão e pela igualdade, desafios das sociedades contemporâneas, tanto quanto se apresentaram ao longo da história da humanidade. Vários foram os conflitos políticos que reivindicaram algo, geraram crises aos regimes de governo, promoveram rupturas, articuladas discursivamente, e se transformaram em lutas, ao estabelecerem inimigos declarados e, portanto, posições-sujeito. Se toda posição-sujeito é uma posição discursiva, a análise não pode prescindir das formas de sobredeterminação de algumas posições sobre outras, do caráter contingente de toda necessidade que, como vimos, é inerente a qualquer diferença discursiva (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 191).

Laclau e Mouffe, na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015), tratam de uma objetividade social, que se constitui por meio de atos de poder. Os autores constroem e fazem uma interpretação pós-estruturalista da teoria da hegemonia de Antonio Gramsci, fundamental para tratar da política e todos os seus fenômenos ligados ao poder que, para Laclau, pressupõem a constituição do sentido antagônico e, portanto, a constituição de um inimigo. Os antagonismos têm sido vastamente estudados na literatura histórica e sociológica. Do marxismo às várias formas de “teoria do conflito”, toda uma gama de explicações tem sido dada de como e por que os antagonismos emergem na sociedade (LACLAU; MOUFFE, 2015. pp. 198-199).

O conceito de antagonismo vem se adaptando ao longo do tempo à busca de reinterpretar as estruturas articuladas, assim como a categoria *democracia*. Pela premissa discursiva laclauiana, só não é democrático quem negar a inclusão, o que deixou mais claro um espaço de (re)construção, sempre à busca de algo e, portanto, definida como espaço vazio, em que os cidadãos, em sua maioria, fazem parte de um processo deliberativo em que são livres e iguais.

Nem sempre esse modelo considerado clássico se sustentou. A Alemanha, por exemplo, carrega, em seu discurso político, formas de identificação de sentimentos de pesar e de constrangimento em decorrência do nazismo. No sentido inverso, há a orientação de um grupo em particular, que era o da chamada raça ariana. Nesse cenário, a história humana desenvolve e multiplica outros tantos conflitos, como os de classe, porém, sob o denominador comum da condição socioeconômica do ser humano, questões que merecem ser avaliadas, assim como os fenômenos associados a uma lógica de radicalizações, que ocupam distintas formas e realidades políticas. Nesta abordagem, o principal para o movimento articulado, era o homem ser da raça ariana.

Muitas pesquisas acadêmicas estabeleceram sentidos diversos, assinados por cientistas políticos e sociólogos, que muito exploram, discursivamente, a categoria do populismo; enquanto fase intermediária, essa categoria é enfrentada por sociedades consideradas atrasadas, paralelo ao processo de modernização capitalista. Assim, o populismo se constituiria como discurso e estágio político, encontrados em sociedades em processo de urbanização, com o fim “útil” de mediar o conflito de classes existentes.

Como se sabe, na contemporaneidade, o fenômeno do populismo tem sido relacionado a regimes políticos e a governantes que adotam um discurso voltado às massas que, associado à crise, é tomado de modo pejorativo, por produzir democracias iliberais. O teórico político argentino Ernesto Laclau (2013) procura desconstruir esse sentido e toma o populismo como um processo contingente, a partir de uma lógica própria de construção política. Portanto, o populismo não pode ser, *a priori*, classificado como positivo ou como negativo, mas, antes, e, fundamentalmente, deve ser entendido como lógica de constituição do político e transformador das relações concernentes ao Estado. A *Teoria do Discurso*, laclauiana interpreta e “entende o fenômeno populista como uma lógica política que constitui o povo antagonicamente contra o seu inimigo” (MENDONÇA, 2014, p. 56).

Esforços dispendiosos ocupam pesquisadores que apontam para o aumento da simpatia por ideias típicas do populismo de direita na Alemanha, como a rejeição à acolhida de imigrantes, a crença em teorias da conspiração e a defesa de ditadura. Ao contrário dos discursos de militância, a *Ciência Política* tem se ocupado em dar conta dessa política, que indica um conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam certa ordem, ainda que afetados por sentidos em disputa, travando uma guerra de posições políticas, como dizia Gramsci (2001).

O discurso político e as relações de poder, na ordem política, dão expressão a essa constituição hegemônica e, por sua vez, constituem as identidades, em terreno precário e contingente, nos limites da democracia. Se, antes, a democracia era vista como perigo ao Estado, um regime a ser eliminado, por conta de ser um “veneno”, que permitia a existência de grupos que pensavam diferentemente e nas minorias, hoje, o populismo enfrenta resistências históricas semelhantes, devido aos extremismos e ao tratamento pejorativo dado ao fenômeno.

A Alemanha tem sofrido com os reflexos do antagonismo e tornou-se alvo de migrações por diversas causas, principalmente, com o processo da política global, que contribui, maciçamente, para a realidade de que as fronteiras, sempre tão sólidas, tornam-se porosas, sujeitas às rupturas da política. Vários são os motivos que levam sujeitos a migrar, desde a busca por melhores condições de vida, até o sonho da estabilidade econômica, como a chance de emprego.

Nesse sentido, a luta é travada por uma sociabilidade do discurso, por um caráter desigual e opressor de ordem capitalista que, historicamente, não assegura a igualdade nem a emancipação pela diferença. No sentido contrário, tem-se a reprodução da forma contraditória às mediações possíveis e necessárias para o apoio emocional e para o acolhimento físico necessários, nesse contexto de luta política, em que as identidades articulam sentidos discursivos diferentes. Portanto, a aceitação do antagonismo, como elemento constitutivo da política, parte da rejeição da ideia de um argumento racional e do

reconhecimento das diferentes demandas para o funcionamento das construções hegemônicas – na forma como se constroem –, bem como da escolha certa da estratégia política usada discursivamente.

Em suma, diante das perspectivas que brevemente apontamos e da instabilidade que se formou com a crise instalada no país, é latente a falta de conexão entre o que se diz e o que deveria ser dito, já que a política é uma “operação artificial” (LACLAU, 1994, p. 2). A dualidade discursiva reflete as incongruências da política e de suas articulações. Essa crise, que poderá ser ainda maior, expõem epidemias antigas de uma sociedade complexa e extremamente desigual, que fica à mercê do que ainda está por vir.

NO RASTRO DAS REFLEXÕES

O poder do discurso político se estabelece em sociedades que, democraticamente, tornaram possível fixar uma ordem viável, ainda que muitos movimentos populares e/ou identitários as expressem. A teoria da hegemonia, ressignificada pelo pensamento pós-estruturalista, procura estabelecer a possibilidade de análise do social, em cenário tão diverso e precário, conforme o temos na contemporaneidade.

O discurso político contemporâneo, que se formalizou, tem intrínseco a ele, uma linguagem carregada de sentidos e ressignificações, que descrevem e falam, em consequência de outros discursos. O que temos, como normativo para uma boa política, não se estabelece devido às constantes instabilidades das relações concretas, tomadas em plano ôntico, e pelos discursos latentes, em que se concebe a democracia como espaço discursivo, no qual se situam discursos, como o politicamente correto, movimentos de direita e seus derivados, associados ao fascismo ou a determinadas convicções e ações de fenômenos radicais, como o populismo clássico.

Tomamos a linguagem como constituidora da realidade, pela forma de articular sentidos com elementos que possam atender aos anseios da contemporaneidade, como pressupõe o enfrentamento de ordem política. Nesse sentido, a linguagem existe, a partir de um discurso político, quando ocorre, então, principalmente, a articulação de demandas coletivas e a mediação destas, a capacidade de provocar subjetividades às condições materiais.

O desafio do discurso contemporâneo está sempre em uma linha tênue, suspenso por um horizonte de possibilidades, que pode, ou não, vir a orientar determinadas práxis, provocando um sentido de hegemonia. No sentido democrático, os discursos de hoje reelaboram a construção de estratégias coletivas que possam surtir efeitos positivos para ampliação do debate público. Tomamos as formações discursivas como estratégias que se estabelecem, a partir de ideologias, em determinada contingência e espaço social, referindo-se a *discursos que deviam passar por seus*, conforme Foucault (2014).

Se atentarmos ao discurso político, verificaremos que ele sofre variações, segundo as contingências que dependem de outros aspectos de discursos linguísticos e extralinguísticos. Ao contrário do que muitos discursos políticos procuram deixar intrínseco, a política não se constrói sustentada por ceticismos, pois a realidade dura e cruel da fome, da miséria e da desintegração do sistema educacional e da saúde, como ocorre em situação de pandemia, denuncia a precariedade dos discursos e a fragilidade que, nem mesmo crenças religiosas são capazes de preencher tamanho abismo social.

Em tempo, o que é possível estabelecer está justamente no que Laclau aponta como falta constitutiva ou plenitude ausente. Assim, sobrevive o discurso político da constituição e reinterpretação de verdades, mas, segundo suas intenções, na constituição de novas estruturas de (re)significação e a partir de articulações contingentes e precárias. É neste contexto, que a argumentação, sobretudo, a argumentação mediatizada, assume vertiginosa

relevância. Atualmente, estamos diante de movimentos de incertezas, ambiguidades e diferenças, que não estão em tempo para se cristalizar como verdades, mas tornam-se particularidades que, mais ou menos, se hegemonomizam pelas novas formas de pensar, externar e produzir discursos inseridos em determinado espaço social.

Por fim, os discursos expõem estatísticas e informações que caracterizam os fenômenos sociais, na contemporaneidade, as fragilidades políticas e dos discursos políticos que se articulam, cotidianamente, como no enfrentamento da COVID-19. Diante das perspectivas discursivas, nos damos conta de que somos reféns de um *porvir*, de quadros contingentes, com muitas lacunas associadas às precariedades e aos conflitos de interesses do poder político, que, até há pouco tempo, parecia inabalável, mas que a contemporaneidade o revela frágil e inoperante para o enfrentamento de crises.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Tradução Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. v. 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Tradução Luiz Mário Gazzane. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988 (Série Política e Perspectiva do Homem, v. 35).

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. Tradução Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e Diferença*. Coordenação e revisão técnica geral Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. Introduction. In: LACLAU, Ernesto. *The making of political identities*. London: Verso, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

MAQUIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. *O Príncipe*. Tradução Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MASARO, Leonardo. Reconciliação com a História: Foucault do Estruturalismo ao Pós-Estruturalismo. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*. Brasília, v. 6, n. 1, pp. 379-400, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/20416/18848>. Acesso em: 5 maio 2020.

MENDONÇA, Daniel de. O limite da normatividade na teoria do Discurso de Ernesto Laclau. *Revista Lua Nova*. São Paulo, n. 91, pp. 135-167, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a06.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

MENDONÇA, Daniel de. Populismo como vontade de democracia. *Revista Uniandes*. Colombia Internacional, n. 82, pp. 51-70, septiembre-diciembre 2014. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.7440/colombiaint82.2014.03>. Acesso em: 3 maio 2020.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, pp. 135-145, jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3637/2894>. Acesso em: 4 maio 2020.



MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e Representação: territórios em disputa*. São Paulo: Unesp, 2014.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista Sociologia Política*, n. 25, pp. 11-23, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071>. Acesso em: 5 maio 2020.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Revista Política & Sociedade*, n. 03, pp. 11-26, out. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2015/1763>. Acesso em: 5 maio 2020.

OLIVEIRA, Marcelo; MELLO, Igor. Saiba em que estados e cidades já foi decretado o lockdown no Brasil. *UOL*, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/09/saiba-onde-ja-foi-decretado-o-lockdown-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

ORLANDI, Eni Pucinnelli. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2013.

ORLANDI, Eni Pucinnelli. Discurso e Argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico*. Florianópolis, n. 1, pp. 73-81, jul.-dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915/6378>. Acesso em: 1 maio 2020.

PÊCHEUX, Michel. O Mecanismo do (Des)Conhecimento Ideológico. In ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. pp. 143-152.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise do discurso político. *Revista do Departamento de Ciências Humanas Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 24, pp. 78-109, 2006. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/%20821/605>. Acesso em: 1 maio 2020

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.



SHALDERS, André. Bolsonaro diz que pode determinar abertura do comércio com 'uma canetada' semana que vem. *Terra*, 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-diz-que-pode-determinar-abertura-do-comercio-com-uma-canetada-semana-que-vem,2f0664e236a7b6d46a82a7944ff8783fvcbo8wxg.html>. Acesso em: 16 abr.2020.

Envio: Maio de 2020
Aceite: Junho de 2020